

BOLETIM 168

Brasília, 20 de julho de 2016

Para centrais, “taxa de juro precisa cair drasticamente”

As centrais sindicais divulgaram no início da semana manifestos exigindo a redução drástica da taxa de juros, que será definida nesta quarta-feira, 20. Atualmente, a taxa Selic está em 14,25%.

“A grave crise econômica que nosso País vivencia que vem quebrando empresas de todos os setores, ceifando milhões de postos de trabalho – são quase 12 milhões de trabalhadores desempregados – e corroendo sem piedade os rendimentos daqueles que, a duras penas, vêm mantendo seus empregos e o sustento dos seus, tem, como um de seus grandes vilões causadores, a altíssima taxa de juros (Selic) praticada hoje no Brasil”, afirma a Força Sindical.

“As centrais rechaçam a manutenção da Selic e defendem a redução dos juros como caminho para o desenvolvimento, com geração de emprego e aumento da renda”, completa a CUT.

Ressaltando que a alta taxa de juros afeta a todos, Ricardo Patah, presidente da UGT, aponta que “é um verdadeiro assalto contra a sociedade, que recorre ao cartão de crédito e/ou cheque especial e acaba massacrada pelos juros abusivos”.

Após a transferência de Alexandre Tombini para o Fundo Monetário Internacional (FMI), esta será a primeira reunião do Copom sob comando



de Ilan Goldfajn, ex-economista-chefe e sócio do Itaú. É também a segunda realizada sob o governo interino que, bem como vinha fazendo o governo Dilma, mantém a política de “ajuste fiscal”, o que significa arrocho no setor público, desmantelamento da indústria nacional e mais desemprego.

Dentre essas medidas estão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita gastos sociais à correção da inflação do ano anterior. A PEC estabelece este teto pelos próximos 20 anos, e aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Com a mesma finalidade vem também à discussão a Reforma da Previdência, restringindo a aposentadoria e tentando estabelecer uma idade mínima, além de igualar os critérios para homens e mulheres.

Ontem, na avenida Paulista, em São Paulo, as centrais fizeram mais uma manifestação em frente à sede do Banco Central **(foto)** contra as taxas de juros mais elevadas do mundo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Indústria paulista demite mais 16,5 mil trabalhadores em junho

A indústria paulista fechou 16.500 postos de trabalho em junho, primeiro mês do governo interino, em relação ao mês de maio. É o pior mês de junho desde o início da série histórica em 2006. No primeiro semestre foram 57.500 desempregados e no acumulado dos últimos 12 meses, o funesto recorde de 229.500 demitidos.

Os dados fazem parte da pesquisa de Nível de Emprego do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da entidade (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e foram divulgados na sexta-feira (15).

De acordo com o diretor do Depecon, Paulo Francini, o resultado do primeiro semestre (-2,5%) foi igual ao mesmo período do ano passado: “2016 é a continuidade de uma tragédia, apesar de termos fechado o segundo trimestre um pouco melhor do que no ano passado”, disse.

A projeção para este ano é a eliminação de 165.000 vagas de trabalho na indústria paulista, contra a perda de 235.500 no ano passado. “Se somarmos, temos 400 mil empregos a menos, oito estádios de futebol cheios. Existem sinais de que a queda vai se atenuar, mas o emprego é a última variável a parar de cair”, afirmou Francini.

Em junho, 20 dos 22 setores pesquisados reduziram vagas. O setor de máquinas e equipamentos foi o que apresentou maior queda com um total de 3.112 empregos a menos, seguido de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-3.092 postos), couro e calçados (-2.348 postos) metalurgia (-1.323 postos) e



produtos alimentícios (-1.097 postos). Informática, produtos eletrônicos e ópticos (1.256 postos) foi o único setor a contratar, enquanto produtos farmoquímicos e farmacêuticos (19 postos) se manteve estável.

No acumulado do ano, a indústria metalúrgica foi a que mais fechou postos de trabalho (-17,53%), seguida de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-6,55%).

Das 36 regiões, 31 tiveram variação negativa no índice de emprego em junho, três (São Carlos, São Caetano do Sul e Jacareí) ficaram estáveis e duas (Marília e São José do Rio Preto) contrataram mais do que demitiram. A região que teve maior variação no nível de emprego foi Cubatão (-5,56%), depois São João da Boa Vista (-5,31%), Franca (-3,35%) e Jaú (-3,05%).

A frase do diretor da Fiesp - “é a continuidade de uma tragédia” - expressa muito bem a realidade atual não só da indústria paulista, mas da indústria como um todo, com queda acentuada na produção nos três estados mais industrializados do país: São Paulo acumula queda de -9,8%; Rio de Janeiro recua -9,5% e Minas Gerais cai -9,4%, de janeiro a maio, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O que não poderia redundar em outra coisa que não o aumento do desemprego.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Trabalhador brasileiro, conheça a luta e os seus direitos

Com o passar do tempo a nossa sociedade evoluiu, criou regras para o convívio pacífico entre as diferenças e se modernizou. Porém, existe uma perspectiva de retrocesso no que diz respeito ao que se consolidou como direito e contribuiu para o avanço social e econômico do País.

André Santos*

Diante das ameaças de retiradas de direitos dos trabalhistas e sociais, vale a pena lembrar as principais conquistas dos trabalhadores nos últimos anos que fizeram com que o Brasil pudesse se desenvolver e chegar a 7ª maior economia do mundo.

Entre os principais direitos, boa parte deles podem ser observados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que apesar de ter surgido na década de 1943, cada vez mais está atual. As forças retrógradas que pretendem alterá-la justificam as mudanças por conta da longevidade - mais de 70 anos - e ignoram a sua contribuição ao longo da história e que de melhor ainda produzirá.

Outro ponto de amparo dos trabalhadores brasileiros é a Constituição Federal de 1988. Nesta, vários direitos de proteção ao cidadão foram contemplados na Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Carta Cidadã do País. Alguns direitos ainda carecem de regulamentação, mas a indicação e o fato de constarem desse ordenamento são

imprescindíveis à melhoria da sociedade e dos trabalhadores.

Há época os trabalhadores, através de suas entidades, lutaram por temas como a jornada de trabalho menor. Antes da promulgação da Carta, a jornada dos trabalhadores era de 48 horas semanais. O objetivo era de reduzir para 40 horas, mas prevaleceu a jornada de 44 horas, que perdura até os dias atuais.

Continua na pauta das entidades sindicais a redução da jornada, sendo uma das principais bandeiras do movimento sindical brasileiro. O objetivo é a redução Constitucional para as 40 horas. Porém, podemos observar setores contrários a essa redução e até mesmo defenderem a ampliação da jornada para até 80 ou, sendo "generoso" com a classe trabalhadora a ampliação para 60 horas semanais.

Além da jornada, as lutas da classe trabalhadora na Constituinte foram em defesa das férias de 30 dias, do 13º salário, do aviso prévio de 30 dias, entre outras demandas trabalhistas e previdenciárias que trazem garantias sociais para os brasileiros em geral e os trabalhadores em particular.

Todas as conquistas foram com muito esforço da classe trabalhadora e conscientização da sociedade que saiu de uma Ditadura militar e vislumbrava uma democracia sólida e pujante. Diante dessa tenra democracia, as entidades de representação da classe trabalhadora atuaram na defesa e consolidação de uma legislação que pudesse humanizar o capital e diminuir a opressão dos ricos sobre os pobres.

As garantias e direitos trabalhistas e sociais podem se efetivar pela via constitucional ou infraconstitucionais, como leis ordinárias e leis complementares além de portarias e normas



regulamentadoras editadas pelo Poder Executivo de acordo com a necessidade e modernização do mercado de trabalho.

Para que todas essas regras possam ter sua aplicação garantida, são necessários, além da pressão dos trabalhadores e da fiscalização das entidades competentes, uma legislação clara que dê amparo para o trabalhador e clareza para que o empregador possa garantir esses direitos aos seus funcionários.

O DIAP preparou um balanço com o principais direitos que estão ameaçados no Congresso Nacional por conta de modificação, flexibilização e até mesmo eliminação pelos projetos de lei em tramitação nas duas Casas Legislativas – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Trabalhador, conheça os seus direitos. Reforce sua entidade sindical e lute para que eles permaneçam

Saiba quais são os 55 projetos que ameaçam direitos dos trabalhadores e da sociedade brasileira

() Analista político do DIAP, Especialista em Política e Representação Parlamentar e Sócio da Contatos Assessoria.*

Fonte: Diap

Governo prepara medidas para tentar estimular a economia

A equipe econômica do governo estuda apresentar medidas de estímulo à economia.

Nesta terça-feira (19), o presidente interino, Michel Temer, se reuniu com ministros do Núcleo Econômico, onde foram apresentados números e feita uma análise do cenário econômico do país. O grupo volta a se encontrar em duas semanas para divulgar resultados.

A intenção é evitar novos cortes no orçamento da União e conseguir cumprir a meta fiscal para este ano. O orçamento prevê um deficit de R\$ 170 bilhões. Ou seja, as despesas serão maiores que as receitas nesse valor e as contas públicas vão continuar no vermelho.

A equipe econômica concentra esforços esta semana porque o Executivo tem que apresentar até sexta-feira o relatório bimestral de receitas e despesas. Esse documento deve conter estimativas de gastos e arrecadação e indicar um eventual corte de despesas pela União, se for necessário. O governo já sinalizou que um possível contingenciamento deve preservar programas sociais.

Fonte: Portal EBC

Entidades pedem que STF proíba "desvio" de recursos da Previdência

Um grupo de 19 entidades sociais decidiu questionar no Supremo Tribunal Federal iniciativas governamentais e parlamentares relacionadas ao financiamento do sistema de Previdência Social. As entidades, que integram as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa da Previdência Social e dos Direitos do Trabalhador, querem que a corte proíba desvinculações e



desvios dos recursos, declarando que as contribuições sociais são tributos com destinação específica.

As autoras dizem que propostas de reformas previdenciárias “apenas vêm reduzindo direitos e mitigando o estado do bem-estar social, sempre no argumento de um suposto déficit nas contas da Previdência Social”, demonstrando “um contrassenso entre o desejo do constituinte originário e a realidade fática e vontade dos gestores públicos”.

Reclamam, por exemplo, da PEC 143/2015, em andamento no Senado, que busca permitir a desvinculação de 30% das receitas da União com origem em contribuições sociais para o pagamento da dívida pública.

A ação pede que o STF conceda liminar para suspender a Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre todas as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e as propostas de reforma previdenciária. Quer ainda que a Presidência da República se abstenha de promover reformas por medida provisória e que a Câmara dos Deputados e o Senado suspendam qualquer atividade legislativa que envolva questões atinentes à seguridade social, além da suspensão da tramitação da PEC.

No mérito, solicitam que o STF declare que as contribuições sociais são tributos com destinação específica e determine ao Congresso Nacional a criação de comissão para discutir a reforma previdenciária “mediante amplo e irrestrito debate nacional com especialistas”.

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, chegou a receber o processo durante plantão no mês de julho, mas entendeu que a complexidade da causa e a falta de urgência recomendam que a medida cautelar seja analisada

pelo relator sorteado — o ministro Celso de Mello —, quando a corte voltar do recesso.

Fonte: Consultor Jurídico

CNI: medo do desemprego é o mais alto em 17 anos

O medo do desemprego entre os brasileiros alcançou, em junho, o maior nível desde que começou a ser medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1999.

Segundo pesquisa da CNI, no mês passado o indicador ficou em 108,5 pontos. O patamar é o maior da série histórica e só havia sido atingido antes em maio de 1999 durante a crise de desvalorização do real. O índice subiu 1,9% ante a última medição, em março, e 4,2% ante junho de 2015.

O levantamento da entidade apurou ainda o índice de satisfação com a vida dos entrevistados. O indicador ficou em 93,1 pontos em junho, melhorando em relação a março, quando havia caído a 92,4 pontos, patamar mais baixo desde 1999. Em relação a junho de 2015, a satisfação caiu 2,6%.

A pesquisa da CNI é realizada trimestralmente. Para auferir os dados divulgados nesta segunda-feira (18) foram ouvidas, entre 24 e 27 de junho, 2002 pessoas em 141 municípios.

Fonte: Agência Brasil

Lideranças do Nordeste discutem agenda sindical

A Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Alagoas (NCST-AL) reuniu, em evento ocorrido na última semana, lideranças sindicais do Nordeste com o objetivo de discutir assuntos de interesse dos trabalhadores da região e do país.

O evento contou com a participação, entre outras, da CONTRICOM, através do seu presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho; e de entidades como a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Norte-Nordeste (FETICOM-NO-NE), presidida pelo companheiro Edivan Mariano da Cruz, que também é da direção nacional da CONTRICOM; e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e no Mobiliário do Estado do Paraná, presidida pelo companheiro Geraldo Ranthum.

O encontro contou com intensa participação de lideranças sindicais da região e discutiu, entre outros temas, a questão da crise, do desemprego e das ameaças aos direitos sociais e trabalhistas, que afeta os trabalhadores, e assuntos que dizem respeito ao movimento sindical, como o financiamento das entidades.

CONTRICOM – O presidente Mazinho discorreu sobre a situação da economia nacional e do desemprego que atinge diretamente a construção civil, reiterando que “o governo não pode adiar a decisão de investir fortemente no setor, pois a indústria da construção, pela ampla cadeia produtiva a que está vinculada, tem uma grande capacidade de responder num curto



Lideranças sindicais reunidas em Alagoas debateram assuntos de interesse do movimento sindical e dos trabalhadores



Mazinho, ao centro, junto com Edivan, com lideranças sindicais de Alagoas e região



Edvan e demais lideranças da região, com Geraldo Ranthum (PR) e Mazinho (CONTRICOM) no evento de Alagoas



espaço de tempo à geração de emprego e renda, que é o que defendemos”.

Mazinho aproveitou para prestar esclarecimentos sobre os conflitos com a CNTIC, uma confederação paralela que tentou legitimar sua existência. Segundo o presidente da CONTRICOM, “o sr. Edmilson, da CNTIC tenta, através de manobras de bastidor, confundir o movimento sindical e os trabalhadores, com informações inverídicas, afirmando que a CNTIC conseguiu seu registro na justiça, o que não é verdade”, esclareceu.

Mazinho lembrou que, “primeiro, a CNTI, depois a CONTRICOM, a partir de sua constituição, ganharam em todas as instâncias da justiça trabalhista, sendo que a última decisão determina que o Ministério do Trabalho cancele o registro antes concedido à CNTIC”.

“Felizmente, além da falta de confiabilidade que eles têm junto ao movimento sindical, não obtiveram sucesso por uma razão muito simples: a constituição da CNTIC, conforme a própria justiça atestou, estava carregada de irregularidades e a CONTRICOM, ao longo do tempo, foi se afirmando, principalmente pela sua representatividade, como a única e legítima representante da categoria em todo país”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)